

# O Dilema na Evolução do Potencial da CPLP (1996-2026)

Ricardo J. Vieira  
*Universidade dos Açores.*

## Resumo

O artigo analisa o dilema na evolução do potencial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), entendido como a distância entre ativos latentes e a sua conversão irregular em capacidade coletiva. A investigação recorre à revisão sistematizada com reporte PRISMA e análise de conteúdo, organizando recorrências por três décadas. Os resultados destacam potencialidades associadas a conhecimento, ciência e digital, língua e cultura, concertação político-diplomática, mobilidade e redes transnacionais. Em contraste, persistem limitações ligadas a assimetrias entre membros, fragilidade institucional, recursos escassos, compromisso político variável e dependências externas, agravadas por choques sistémicos. A confrontação operacional evidencia que a cooperação técnica modular tende a ser mais convertível do que agendas de elevada exigência material e decisória, sugerindo prioridades de implementação e pistas para investigação futura.

**Palavras-chave:** CPLP; potencialidades; capacidades; limitações; PRISMA.

## Abstract

*The article analyses the dilemma in the evolution of the CPLP's potential, understood as the gap between latent assets and their irregular conversion into collective capability. The research draws on a systematised review reported through PRISMA and content analysis, organising recurring themes across three decades. The results highlight potentialities associated with knowledge, science and digital transformation, language and culture, political-diplomatic coordination, and mobility and transnational networks. By contrast, limitations persist linked to asymmetries among member states, institutional fragility, scarce resources, variable political commitment, and external dependencies, compounded by systemic shocks. The operational comparison shows that modular technical cooperation tends to be more readily convertible than agendas with high material and decision-making demands, suggesting implementation priorities and avenues for future research.*

**Keywords:** CPLP; potentialities; capabilities; limitations; PRISMA.

Artigo recebido: 31.01.2026  
Aprovado: 18.03.2026  
<https://doi.org/10.47906/ND2026.173.10>

## 1. Introdução

A CPLP tem sido apresentada, no discurso político e numa parte significativa da literatura, como um projeto de cooperação dotado de elevado potencial de afirmação internacional, sustentado por uma identidade linguística e cultural partilhada e por uma presença pluricontinental. Contudo, três décadas após a sua criação, mantém-se um dilema estrutural, a coexistência entre uma densidade simbólica e diplomática relevante e a dificuldade em transformar esse potencial em capacidade coletiva estável, sobretudo quando estão em causa agendas exigentes em recursos, coordenação e execução. Este dilema torna-se particularmente pertinente num ambiente internacional em que o multilateralismo liberal enfrenta tensões e se observa uma revalorização de formas de cooperação regional, incluindo variantes com matriz identitária, o que recoloca no centro da análise a utilidade, os limites e a margem de manobra de comunidades políticas assentes em afinidades históricas e culturais (Ikenberry, 2018).

O estudo incide sobre a evolução do potencial da CPLP e sobre os mecanismos que ajudam a explicar a sua conversão desigual em resultados políticos e institucionais. A delimitação analítica assenta numa distinção central: potencialidade não equivale a capacidade. A presença de recursos, atributos e oportunidades latentes pode favorecer cooperação e desenvolvimento, mas a sua concretização depende de condições de realização, entre as quais coerência estratégica, densidade institucional, coordenação política e mecanismos de implementação. Nesta linha, a análise centra-se no modo como determinadas potencialidades identificadas na literatura são condicionadas por limitações recorrentes, variáveis na sua saliência ao longo do tempo, mas suficientemente persistentes para influenciar o desempenho global da organização (Hewitt, Burges e Gomes, 2017).

A questão de investigação formula-se nos seguintes termos. Em que medida as potencialidades atribuídas à CPLP se traduziram, ao longo das suas três décadas, em capacidade coletiva efetiva e de que forma limitações internas e externas condicionam essa conversão. A resposta a esta questão procura, simultaneamente, mapear tendências por década e explicitar padrões de travagem, dependência e bloqueio que emergem do cruzamento entre atributos potenciais e constrangimentos estruturais. O argumento parte da ideia de que a CPLP tende a revelar maior consistência relativa quando atua como plataforma de cooperação seletiva e modular, em particular em áreas técnico-cognitivas, mas encontra dificuldades acrescidas quando a ação exige meios materiais elevados, coordenação operacional e decisões vinculativas, como é sugerido por análises críticas e avaliações de impacto da organização (Cahen, 2017).

Do ponto de vista metodológico, o estudo adota uma abordagem conceptual e analítico-sistemática. Procede-se a uma revisão sistematizada com reporte alinhado

com o PRISMA, seguida de análise de conteúdo e codificação temática, permitindo organizar recorrências por décadas e atribuir importância relativa às categorias emergentes (Moher et al., 2009; Page et al., 2021; Krippendorff, 2018). Esta sistematização suporta duas etapas complementares. A primeira etapa reconstrói a evolução das tendências das potencialidades e das limitações ao longo das três décadas. A segunda etapa aplica uma confrontação operacional, baseada numa matriz de cruzamento, que identifica padrões consistentes de condicionamento entre potencial e execução institucional. Esta matriz não é tratada como exercício meramente classificatório, servindo antes como instrumento interpretativo para tornar visíveis pontos de bloqueio recorrentes e mecanismos de redução da margem de manobra coletiva, em linha com o diagnóstico de institucionalização leve e restrições de capacidade observado em organizações regionais do Sul Global (Engel e Mattheis, 2019).

A estrutura do artigo acompanha esta lógica. Após a introdução e a clarificação conceptual, apresenta-se a metodologia, seguida dos resultados e discussão. A secção analítica inclui a caracterização das potencialidades e limitações, a evolução das tendências por décadas e a confrontação operacional. As conclusões integram os resultados num argumento agregador sobre a *performance* da CPLP e sobre as condições que moldam a passagem do potencial à capacidade efetiva, indicando limitações do estudo e pistas para investigação futura.

## 2. Quadro conceptual

A conceptualização que se segue delimita o sentido operativo de potencialidades e limitações aplicado à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assegurando coerência na leitura de uma literatura heterogénea e comparabilidade na codificação temática ao longo das três décadas consideradas.

Antes de iniciar a caracterização da comunidade relativamente às suas potencialidade e limitações, importa esclarecer o que cada um destes conceitos implica, para que se tenha uma plena noção do objeto de análise.

Etimologicamente falando, a palavra “potencialidades” deriva do termo em latim *potentialitas*, que por sua vez tem origem em *potentia*, significando “poder” ou “capacidade de realizar algo” (Ernout and Meilletm Alfred, 2001; Lewis and Short, 1958). Este conceito desenvolveu-se e evoluiu a partir dos campos da metafísica clássica, onde Aristóteles (1924) avocava que a potencialidade se referia à capacidade intrínseca de algo ou alguém se tornar em algo mais, dependendo, no entanto, das condições necessárias para a sua realização. Atualmente, esse conceito encontra aplicação em várias disciplinas que vão desde a ética (Singer, 1993), à política (Arendt, 2007) e educação (Vygotsky, 1978).

Tendo presente esta conceptualização das potencialidades, quando analisamos a CPLP à luz da bibliografia académica considerada mais relevante, é-nos possível identificar um conjunto de recursos, atributos e oportunidades latentes que se distribuem por vários domínios, dando cobertura à ideia comum, amplamente difundida pelos vários políticos, de que a comunidade tem efetivamente um elevado potencial relativo de desenvolvimento. Mas se o conceito contempla também a necessidade de estarem reunidas as condições necessárias à sua realização, será que podemos considerar que, ao estarmos perante os recursos, atributos e oportunidades latentes, estamos de facto perante as potencialidades?

Esta interrogação é metodologicamente relevante, porque obriga a distinguir entre o potencial enunciado e a capacidade efetivamente convertida em resultados institucionais observáveis. Em termos de investigação, essa distinção é consistente com a lógica de transparência e rastreabilidade defendida pelas normas PRISMA, segundo as quais o valor de uma síntese depende do que foi feito, do que foi encontrado e da clareza do relatório (Moher et al., 2009). No mesmo sentido, as orientações PRISMA 2020 sublinham que o relatório deve permitir perceber “*why the review was done, what the authors did, and what they found*” (Page et al., 2021).

Seguindo a mesma linha de pensamento, antes de lançarmo-nos sobre as limitações da CPLP, importa clarificarmos o conceito inerente à palavra, começando pela sua origem etimológica.

Etimologicamente, a palavra limitações deriva do termo em latim *limitativo*, significando “ação de limitar” ou “delimitar”, estando associado ao termo limes, que por sua vez significa “fronteira”, “marco” ou “linha de separação” (Ernout e Meilletm Alfred, 2001; Lewis and Short, 1958). O conceito evoluiu de um sentido inicialmente espacial e jurídico, associado a um limite fronteiro, para um conceito mais abstrato e analítico, associado a constrangimentos que condicionam possibilidades de ação. Na filosofia, isso verifica-se por Kant (1998) quando associado à fronteira do conhecimento e na teoria crítica, através do *Grenzbegriffe* onde horizontes idealizados que orientam a justificação discursiva, tornam explícita a falibilidade das pretensões de validade (Strydom, 2017). Nas ciências sociais, “limitações” tende a designar restrições cognitivas e informacionais que moldam escolhas e resultados (Simon, 1955).

Assim, a palavra “limitações” não representa apenas fronteiras ou restrições, mas também condições essenciais para a existência e para a compreensão humana. Seja no campo da filosofia ou das ciências sociais, as limitações estruturam o conhecimento e a ação, determinando não apenas o que é impossível, mas também o que é alcançável.

Fazendo uso deste conceito, quando se analisa a comunidade à luz da bibliografia académica mais relevante, à semelhança do que acontece com as potencialidades, identificam-se limitações que se prolongam ao longo das três décadas de existência

da organização. Embora oscilem na sua importância relativa, estas limitações tendem a persistir na crítica formulada por diversos autores, o que reforça a necessidade de as tratar como categorias analíticas passíveis de observação sistemática e de comparação temporal.

### 3. Metodologia

A investigação adota um desenho qualitativo com componente quantitativa descritiva, sustentado por uma revisão sistematizada orientada pelo protocolo PRISMA e por uma análise de conteúdo com codificação temática. A opção por uma revisão sistematizada responde à necessidade de transparência e replicabilidade na construção do *corpus*, permitindo explicitar como os estudos são identificados, selecionados, avaliados e incluídos, bem como registar os motivos de exclusão em cada etapa (Moher et al., 2009; Page et al., 2021). Em paralelo, a análise de conteúdo oferece um procedimento adequado para transformar evidência textual dispersa em categorias comparáveis, desde que assente em regras explícitas de codificação e em registos auditáveis (Krippendorff, 2018).

O recorte temporal cobre as três décadas de existência institucional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, correspondentes aos períodos de 1996 a 2006, de 2006 a 2016 e de 2016 a 2026. A unidade de análise é o documento, considerando-se elegíveis textos que abordem a CPLP enquanto organização ou dinâmicas diretamente relacionadas com os seus objetivos, instrumentos e práticas de cooperação, bem como análises sobre Estados-membros quando o conteúdo se articula de forma substantiva com a comunidade e com a sua ação coletiva. Esta delimitação procura reduzir ruído temático e preservar foco analítico, evitando que a inclusão de estudos apenas “lusófonos”, mas não relacionados com a CPLP dilua a capacidade explicativa do *corpus*.

A identificação inicial da literatura combina pesquisa em bases e motores de pesquisa académica, complementada por rastreio institucional quando necessário, de modo a captar quer a produção científica, quer documentos estruturantes que definem objetivos e instrumentos de política da própria organização. A estratégia de pesquisa é desenhada para cobrir os domínios temáticos associados ao quadro político, militar, económico, social, informacional e de infraestruturas (PMESII), assegurando amplitude setorial e minimizando lacunas sistemáticas por área. Em termos operacionais, cada resultado é registado numa matriz bibliográfica com metadados normalizados, garantindo rastreabilidade e facilitando a remoção de duplicados e a verificação posterior de elegibilidade.

A seleção segue uma sequência coerente com o PRISMA: após remoção de duplicados, procede-se à leitura de títulos e resumos para aferir relevância temática e

adequação temporal; em seguida, realiza-se verificação do texto integral para confirmar se o documento contém evidência utilizável para o objetivo do estudo, nomeadamente referências a potencialidades e limitações atribuídas à CPLP ou ao seu ecossistema institucional. Quando o texto integral não está disponível, a exclusão é registada com motivo explícito, por forma a manter o percurso de decisão auditável e replicável (Moher et al., 2009; Page et al., 2021). Este procedimento reduz enviesamentos de seleção e permite avaliar, de forma transparente, o impacto de constrangimentos de acesso ao texto integral na composição final do *corpus*.

A extração de dados é realizada em dois níveis. No nível bibliográfico, registam-se autor, ano, título, tipo de documento, fonte de publicação e identificadores disponíveis. No nível analítico, recolhem-se excertos e sínteses curtas que expressem, de modo explícito, uma potencialidade ou uma limitação associada à CPLP. Para preservar o vínculo entre interpretação e evidência, cada excerto é ancorado ao respetivo documento e acompanhado de indicação mínima de contexto, evitando que a codificação se reduza a uma simples contagem de palavras ou a classificações descoladas do sentido do texto (Krippendorff, 2018).

A codificação combina um momento indutivo e um momento dedutivo. No momento indutivo, os excertos são lidos para identificar temas recorrentes e formulações substantivas presentes na literatura, procurando captar variações de linguagem e de enquadramento conceptual. No momento dedutivo, essas formulações são estabilizadas num conjunto finito de categorias operacionais, definido para assegurar comparabilidade temporal e coerência interdocumental. Em termos substantivos, as potencialidades são tratadas como áreas ou fins cujo desenvolvimento pode traduzir-se na concretização dos objetivos da CPLP e no reforço de recursos de poder dos seus membros, quando existam condições facilitadas de acesso ou de mobilização. As limitações são tratadas como fatores que impedem a convergência, bloqueiam a cooperação, fragmentam preferências ou enfraquecem a capacidade institucional de converter potencial em resultados observáveis. Esta distinção permite separar, no plano analítico, aquilo que é apresentado como ativo latente daquilo que atua como constrangimento estrutural, reconhecendo que a presença de recursos ou atributos, por si só, não garante conversão em capacidade coletiva.

Para tornar a codificação comparável entre décadas e para reduzir arbitrariedade, cada excerto é atribuído a uma categoria dominante de potencialidade ou limitação, enquanto ao nível do documento é admissível multi-etiquetagem sempre que o texto aborde várias dimensões de forma substantiva. Em complemento, cada excerto é associado a um domínio PMESII dominante quando a evidência o permite; quando a evidência é transversal, a classificação pode manter-se geral, evitando forçar uma dominância artificial. Esta arquitetura permite preservar

amplitude temática sem perder disciplina classificatória, mantendo a codificação suficientemente flexível para textos de natureza abrangente e suficientemente rigorosa para análise por tendências.

A síntese quantitativa é estritamente descritiva e interpreta a frequência como indicador de saliência discursiva na literatura analisada, não como medida direta de impacto causal. Para comparar categorias, utilizam-se pesos simples assentes no número de documentos em que cada categoria é identificada numa determinada década, recorrendo-se ao número de excertos como critério de desempate quando necessário. No final, selecionam-se as sete categorias de potencialidades e as sete categorias de limitações mais recorrentes, com o objetivo de construir uma leitura enxuta e comparável entre décadas, evitando a superficialidade decorrente de listas demasiado extensas. Esta forma de quantificação mantém-se compatível com a ideia de racionalidade limitada, no sentido em que privilegia indicadores manejáveis e transparentes para sustentar decisões analíticas e comparações (Simon, 1955), sem substituir a interpretação substantiva da evidência.

A garantia de transparência e auditabilidade assenta na documentação integral das *queries* e das fontes de pesquisa, no registo de decisões de inclusão e exclusão por etapa e na preservação de uma matriz de codificação com metadados completos e ligações explícitas entre excertos e documentos. Este procedimento permite que terceiros reconstituam o percurso de seleção e testem a consistência das escolhas metodológicas, alinhando o desenho de investigação com os princípios de relato claro e replicável subjacentes ao PRISMA (Moher et al., 2009; Page et al., 2021).

#### 4. Resultados e discussão

A leitura comparada do *corpus* selecionado permite observar uma regularidade que atravessa as três décadas de existência institucional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, onde a literatura tende a reconhecer um conjunto relativamente estável de áreas onde a cooperação é mais plausível e onde a CPLP beneficia de vantagens de partida, mas, simultaneamente, insiste na dificuldade de transformar esse potencial em capacidade coletiva com impacto sustentado. A tensão entre discurso de ambição e materialidade institucional é recorrente, sendo descrita como uma contradição entre expectativas e meios disponíveis, agravada por assimetrias entre membros e por mecanismos decisórios que incentivam soluções de compromisso mínimo (Cahen, 2017; Hewitt, Burges e Gomes, 2017). Este padrão é compatível com a ideia de que “potencialidades” e “limitações” não operam em compartimentos estanques; as primeiras tendem a existir como oportunidades latentes, mas as segundas condicionam a sua conversão em

resultados observáveis, em especial quando o problema central é a ação coletiva e a execução (Cahen, 2017).

No conjunto de documentos codificados nesta fase do projeto, destaca-se a primazia da categoria associada à ciência, tecnologia, digital e conhecimento, incluindo educação e evidência em saúde. A saliência desta dimensão surge tanto por via de estudos sobre produção científica e cooperação setorial, como por via de análises sobre redes de saúde e políticas públicas baseadas em conhecimento, sugerindo que o “capital cognitivo” funciona como um ativo transversal, menos dependente de alinhamentos políticos estritos e mais compatível com projetos graduais (Buss e Ferreira, 2010; Seguro-de-Carvalho e Antunes, 2018; Tobar et al., 2020). A literatura sobre diplomacia da saúde, em particular, reforça a ideia de que redes de cooperação técnica podem produzir ganhos incrementais mesmo quando a integração política é limitada, ao privilegiar instrumentos pragmáticos, circulação de competências e aprendizagem institucional (Buss e Ferreira 2010; Tobar et al., 2020). Em termos analíticos, esta tendência é relevante porque sugere um caminho de “baixo atrito” para reforço de capacidade, na medida em que a cooperação assente em conhecimento pode reduzir custos de coordenação e criar benefícios partilhados mais rapidamente mensuráveis do que agendas mais politizadas (Hewitt, Burges e Gomes, 2017).

A segunda camada de potencialidades remete para a língua e cultura e para a concertação político-diplomática, frequentemente tratadas como os dois pilares identitários da comunidade. A narrativa fundacional é frequentemente recordada como um processo de institucionalização de afinidades percebidas, sendo significativo que, na reflexão sobre a génese, se sublinhe que “não constituiu, por isso, grande surpresa que, em 17 de julho de 1996, tivesse sido instituída em Lisboa a CPLP” (Pinto, 2011). Em paralelo, a crítica académica também evidencia como a linguagem política em torno da CPLP alterna entre o plano simbólico e o plano operacional. Cahen refere que, em certos discursos, “nem se falou da “criação” ou da “fundação” da CPLP, mas da mera “institucionalização” da CPLP” (Cahen, 2017), o que ajuda a explicar porque a língua e a cultura aparecem como potenciais permanentes, mas também como fontes de ambiguidade estratégica, onde são recursos de coesão, mas nem sempre se traduzem em convergência de interesses. Trabalhos centrados no Acordo Ortográfico e na gestão multilingue do espaço lusófono reforçam esta dualidade, evidenciando que a língua é simultaneamente instrumento de projeção e objeto de disputa, exigindo governação e compromisso para não se tornar um fator de fragmentação (Zilles e Faraco 2012; Pinto, 2011).

A concertação político-diplomática surge, assim, como potencialidade associada à possibilidade de coordenar posições em fóruns multilaterais e de construir uma voz coletiva. Contudo, a própria literatura que reconhece esta vantagem também sublinha a distância entre concertação declarativa e ação consistente, sobretudo

quando os interesses nacionais divergem ou quando os incentivos externos empurram os Estados para prioridades regionais concorrentes (Cahen, 2017; Carvalho, 2018). Esta ambivalência ajuda a compreender porque a concertação aparece frequentemente como finalidade desejável e menos como capacidade consolidada, sendo a sua eficácia condicionada por mecanismos institucionais e recursos de implementação, em linha com o que é observado noutras organizações regionais do Sul Global (Engel e Mattheis 2019).

A integração económica e a mobilidade destacam-se como potencialidade relevante, mas com expressão desigual na literatura e forte dependência de condições políticas e administrativas. A existência de instrumentos recentes orientados para a mobilidade sugere um esforço de institucionalização de fluxos, com o objetivo de reduzir fricções à circulação (CPLP, 2021). Estudos sobre mobilidade por motivos de estudo mostram que a CPLP pode funcionar como “ecossistema” de circulação académica, ainda que os padrões de mobilidade reflitam assimetrias estruturais e desigualdades de atratividade, sobretudo em torno de Portugal enquanto polo de acolhimento e certificação (Mauritti et al., 2023). Esta potencialidade, apesar de tangível, tende a ser acompanhada por reservas associadas a soberania, capacidade administrativa e políticas migratórias, o que explica a coexistência frequente, na mesma literatura, de expectativas de integração e referências à implementação lenta ou incompleta (Cahen, 2017; CPLP, 2021).

A diáspora e o *soft power* aparecem como potencialidades que articulam língua, cultura e redes transnacionais. A literatura sobre prioridades de política externa portuguesa mostra como a diáspora é frequentemente mobilizada no discurso como ativo estratégico, embora nem sempre com instrumentos proporcionais para transformar discurso em capacidade, sobretudo quando os objetivos oscilam entre proteção consular, afirmação cultural e vantagens económicas (Sousa, 2017). Quando lida à escala CPLP, esta dimensão tende a ser apresentada como vantagem comparativa para circulação de ideias, comércio e influência cultural, mas permanece dependente de políticas coordenadas e de incentivos compatíveis entre Estados, voltando a emergir o problema clássico da coordenação e da distribuição de custos e benefícios (Cahen, 2017; Sousa, 2017).

As potencialidades associadas a recursos, energia e agendas materiais surgem com frequência intermédia e com forte ligação a geopolítica económica. Em termos discursivos, a literatura aponta oportunidades na complementaridade de recursos e na escala agregada do espaço CPLP, mas também alerta para o risco de instrumentalização externa e para a competição por rendas, sobretudo quando a cooperação não dispõe de mecanismos de governação suficientemente robustos (Cahen, 2017; Engel e Mattheis, 2019). A baixa presença relativa do “mar” e da economia azul na codificação, quando comparada com outras potencialidades, não implica irrelevância, mas pode sinalizar subexploração temática ou

dificuldade de converter a dimensão marítima em agenda agregadora. Ainda assim, documentos programáticos assumem esta ambição, ao proporem uma estratégia comum para os oceanos (CPLP, 2010), e análises sobre o Atlântico Sul sugerem que a CPLP pode servir como plataforma de cooperação e projeção, embora com limites claros de liderança e de capacidade operacional (Rizzi e Silva, 2017).

**Tabela 1**  
**Potencialidades da CPLP**

| Ranking    | Potencialidade (categoria)  | Frequência |
|------------|---|------------|
| 1          | Ciência, tecnologia, digital, conhecimento (inclui educação e evidência em saúde)             | 23         |
| 2 (empate) | Língua e cultura  | 16         |
| 2 (empate) | Cooperação político-diplomática e concertação   | 16         |
| 4          | Integração económica e mobilidade (estudo, circulação, redes)                                 | 13         |
| 5          | Diáspora, soft power, redes transnacionais  | 12         |
| 6          | Recursos, energia, agendas materiais (inclui alimentação e segurança alimentar e nutricional) | 11         |
| 7          | Mar, economia azul, dimensão atlântica e marítima   | 6          |

No que respeita às limitações, o *corpus* aponta de forma consistente para um núcleo de constrangimentos intrínsecos: heterogeneidade e assimetrias entre membros, fragilidade institucional e coordenação fraca, escassez de recursos financeiros e vontade política variável. A crítica de Cahen é particularmente útil para compreender a natureza cumulativa destas limitações, ao referir “a modéstia dos meios financeiros de que pode usufruir” a organização (Cahen, 2017), associando-a a uma relação diferenciada dos membros com a CPLP. Esta observação ajuda a enquadrar o modo como limitações de recursos operam como “limitadores de segunda ordem”, onde não apenas restringem projetos, como também reduzem previsibilidade, continuidade e capacidade de execução, alimentando ciclos de expectativas e desilusão (Cahen, 2017; Engel e Mattheis, 2019).

A fragilidade institucional surge ainda ligada ao desenho decisório e ao peso do consenso. Cahen observa que “tudo se deve decidir por consenso no seio de uma organização” (Cahen, 2017), indicando um mecanismo que tende a favorecer soluções de compromisso e a dificultar decisões ambiciosas quando a

heterogeneidade é elevada. Este ponto é central para o dilema analítico do artigo, uma vez que quanto maior a diversidade de preferências, maior a probabilidade de o consenso produzir resultados mínimos, o que pode preservar coesão formal, mas penaliza a conversão de potencial em capacidade efetiva. A literatura que avalia impacto reforça, de resto, a insuficiência de avaliação independente e sistemática, referindo que *“more rigorous, independent evaluation of the CPLP’s broader role and impact has yet, however, to appear”* (Hewitt, Burges e Gomes, 2017). A ausência de rotinas robustas de avaliação e aprendizagem institucional dificulta a correção de trajetórias e a priorização, contribuindo para a persistência das mesmas limitações ao longo do tempo (Hewitt, Burges e Gomes, 2017; Engel and Mattheis, 2019).

A heterogeneidade e as assimetrias entre membros atravessam dimensões económicas, demográficas, político-institucionais e regionais, gerando diferentes capacidades de contribuição e diferentes perceções de benefício. Estudos sobre produção científica e fluxos de mobilidade mostram padrões de concentração e dependência, sugerindo que a CPLP tende a operar em torno de polos de maior capacidade, o que pode produzir ganhos, mas também acentuar desigualdades e perceções de agenda assimétrica (Seguro-de-Carvalho e Antunes, 2018; Mauritti et al., 2023). Estas assimetrias convergem com a limitação associada a vontade política variável, onde quando os ganhos são percebidos como desiguais, a disposição para financiar, implementar e comprometer-se tende a oscilar, com impacto direto na execução de programas multilaterais (Engel e Mattheis, 2019; Cahen, 2017).

As limitações extrínsecas, embora menos dominantes do que as intrínsecas no conjunto analisado, são relevantes para compreender os ciclos de prioridade. A dependência de recursos e enquadramentos externos, bem como a sobreposição com integrações regionais diferenciadas, surgem como fatores que condicionam agendas e ritmos de implementação, desviando atenção e recursos para compromissos alternativos (Cahen, 2017; Carvalho, 2018). Em paralelo, choques sistémicos e crises, como a pandemia, evidenciam tanto fragilidades como oportunidades, onde por um lado, sobrecarregam capacidades e expõem dependências e, por outro, reforçam a pertinência de redes técnicas e de cooperação em saúde, onde a CPLP tem sido discutida como espaço de coordenação e circulação de conhecimento (Buss e Ferreira, 2010; Tobar et al., 2020). Esta tensão é particularmente importante para a leitura por décadas, onde na fase mais recente, cresce a centralidade de agendas de conhecimento e digital, mas também aumenta a pressão de crises e de competição geopolítica por recursos e influência, reforçando o peso das limitações sistémicas e de realpolitik (Cahen, 2017; Engel e Mattheis, 2019).

**Tabela 2**  
**Limitações da CPLP**

| Ranking | Limitação (categoria)   | Frequência aproximada |
|---------|---|-----------------------|
| 1       | Heterogeneidade e assimetrias entre membros (intrínseca)  | ~22                   |
| 2       | Fragilidade institucional, coordenação fraca, implementação lenta (intrínseca)  | ~20                   |
| 3       | Recursos insuficientes, financiamento errático (intrínseca)   | ~18                   |
| 4       | Consenso/unanimidade e vontade política/compromisso variável (intrínseca)   | ~17                   |
| 5       | Pressões sistêmicas e choques globais (crises económicas, pandemia, clima, conflito/violência) (extrínseca)               | ~15                   |
| 6       | Dependência de enquadramentos e recursos externos (UE, ONU, doadores, parcerias, integrações regionais) (extrínseca)      | ~11                   |
| 7       | Realpolitik e interferências externas (competição de potências, geopolítica de recursos, instrumentalização) (extrínseca) | ~9                    |

A discussão dos resultados aponta, assim, para um quadro em que as potencialidades mais “verificáveis” tendem a ser aquelas que se apoiam em redes técnicas e cognitivas, com custos de coordenação mais baixos e benefícios mais facilmente partilháveis, como ciência, educação e saúde (Buss e Ferreira, 2010; Tobar et al., 2020). Em contrapartida, as potencialidades que exigem convergência política forte, financiamento previsível e execução coordenada, como integração económica ampla ou agendas marítimas estruturais, aparecem mais vulneráveis às limitações intrínsecas. Neste sentido, o dilema na evolução do potencial da CPLP não reside na ausência de recursos simbólicos ou de oportunidades, mas na dificuldade persistente de alinhar preferências, dotar a organização de meios e estabelecer mecanismos de decisão e implementação capazes de transformar capital cultural e cognitivo em capacidade coletiva com expressão político-diplomática, económica e estratégica (Cahen, 2017; Hewitt, Burges e Gomes, 2017; Engel e Mattheis, 2019).

#### 4.1. Evolução das tendências das potencialidades e das limitações ao longo das décadas

A análise por décadas permite observar como a literatura sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP reconfigura prioridades e diagnósticos à medida que a organização estabiliza instrumentos, amplia agendas setoriais e reage a choques externos. Esta leitura deve ser entendida como uma tendência de saliência na produção analisada, ou seja, aquilo que os autores mais destacam em cada período, e não como uma medição direta de impacto material. Ainda assim, o recorte temporal em três décadas oferece um enquadramento útil para compreender o dilema recorrente entre potencial de desenvolvimento e capacidade efetiva de execução, sobretudo quando se cruzam expectativas políticas com constrangimentos institucionais (Moher et al., 2009; Page et al., 2021; Cahen, 2017).

No período de 1996 a 2006, as potencialidades são frequentemente descritas a partir de fundamentos identitários e diplomáticos. A língua e a cultura surgem como recurso agregador, associado a afinidades históricas, circulação simbólica e projeção externa. Em paralelo, a concertação político-diplomática é apresentada como promessa de coordenação multilateral e de criação de uma voz coletiva, ainda que muitas vezes formulada mais como horizonte do que como capacidade consolidada. Esta configuração é consistente com leituras que sublinham o peso das narrativas fundacionais e das expectativas iniciais, bem como a tendência para institucionalizar afinidades já existentes, com benefícios mais claros no plano simbólico do que no plano operacional (Santos, 2004; Pinto, 2011; Cahen, 2017). Em termos de limitações, a literatura deste período tende a sublinhar os riscos de ambição desfasada dos meios, a fragilidade de recursos e a dificuldade de alinhar prioridades entre Estados com inserções regionais distintas, antecipando desde cedo o problema de coordenação e de execução que reaparece nas décadas seguintes (Cahen, 2017; MacQueen, 2003).

Entre 2006 e 2016, observa-se uma diversificação mais marcada das potencialidades. Sem desaparecerem os pilares identitários, cresce a atenção a agendas setoriais com vocação prática, em particular a cooperação em saúde e a cooperação em áreas técnicas, que permitem resultados incrementais através de redes, capacitação e circulação de conhecimento. A literatura sobre diplomacia da saúde e cooperação Sul-Sul evidencia esta tendência, descrevendo instrumentos e experiências que se aproximam de uma lógica de projetos e de políticas públicas, mais facilmente operacionalizáveis do que metas amplas de integração (Buss e Ferreira, 2010). Em simultâneo, começam a ganhar maior visibilidade temas de segurança e mar, tanto por via de reflexões sobre segurança marítima como por via de iniciativas de cooperação em defesa, ligadas a exercícios, formação e partilha de doutrina (Bernardino, 2011; Rizzi e Bernardino, 2019). No plano institucional, este período é ainda

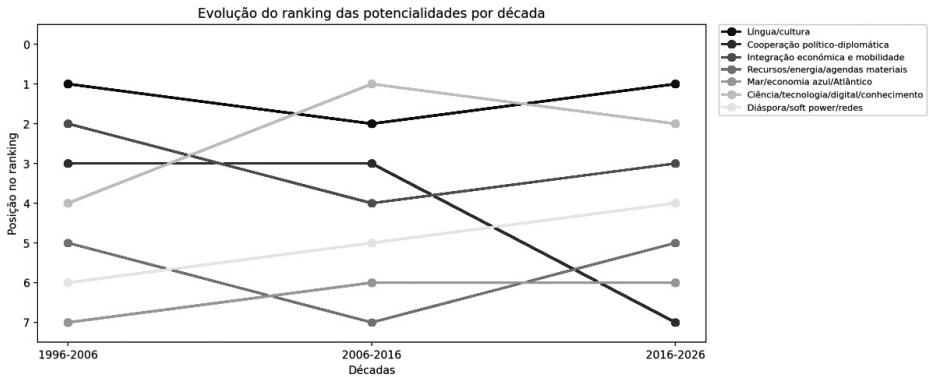
acompanhado por passos de formalização e enquadramento normativo, incluindo a revisão estatutária e a consolidação de documentos programáticos, o que reforça a percepção de evolução organizacional, embora sem eliminar o diagnóstico de lentidão e de execução irregular (CPLP, 2007; CPLP, 2010; Cahen, 2017). Do lado das limitações, a literatura mantém a ênfase na escassez de recursos e na fragilidade de coordenação, acrescentando com maior frequência o impacto do modelo decisório e a tendência para compromissos mínimos em contextos de heterogeneidade, um ponto salientado em análises críticas do balanço de 1996 a 2016 (Cahen, 2017).

No período de 2016 a 2026, a tendência mais nítida é a subida da centralidade do conhecimento, da ciência, do digital e da mobilidade como potenciais de conversão mais plausível. A mobilidade, em particular, ganha nova densidade com a existência de instrumentos específicos e com a relevância de fluxos acadêmicos e de circulação por motivos de estudo, ainda que atravessados por assimetrias e por limites administrativos (CPLP, 2021; Mauritti et al., 2023). Em paralelo, aumentam as referências à produção científica, digitalização e gestão de informação pública, o que reforça a leitura de que o capital cognitivo e as infraestruturas de conhecimento funcionam como ativos com menor atrito político e maior capacidade de gerar benefícios acumulativos (Carvalho e Antunes, 2018; Trindade, 2021). Também por efeito de choques sistêmicos recentes e de um ambiente internacional mais volátil, cresce a visibilidade das limitações extrínsecas associadas a crises e pressões globais, ao mesmo tempo que se reforça o diagnóstico intrínseco de fragilidade institucional, coordenação insuficiente e dependência de recursos instáveis. Nesta década, a literatura sobre organizações regionais do Sul Global e as suas finanças oferece um enquadramento útil para compreender porque a expansão de agendas tende a aumentar o custo de execução e a expor fragilidades de financiamento e de capacidade administrativa, reforçando o risco de a ambição superar a capacidade instalada (Engel e Mattheis, 2019; Hewitt, Burges e Gomes 2017). Em alguns textos mais recentes, surge ainda com maior clareza a preocupação com qualidade institucional e trajetórias políticas internas, sugerindo que a cooperação multilateral pode ser condicionada por dinâmicas de democratização interrompida e por assimetrias de governação entre membros, o que reintroduz o problema da convergência de valores e de credibilidade externa (Seabra e Sá, 2025).

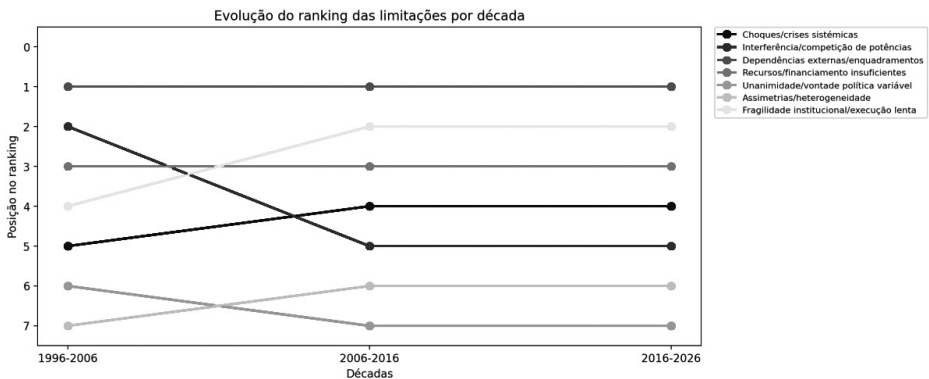
Em síntese, a leitura por décadas sugere um deslocamento gradual de uma base inicial mais simbólico-diplomática para uma agenda onde se tornam mais salientes os domínios de conhecimento, redes técnicas e mobilidade, sobretudo na década mais recente. Em paralelo, as limitações permanecem estruturalmente persistentes, com especial peso para assimetrias, fragilidades de coordenação e recursos, acrescidas por pressões sistêmicas que amplificam vulnerabilidades.

Esta combinação ajuda a clarificar o dilema central, pois o alargamento das áreas de potencialidade não tem sido acompanhado, com a mesma consistência, por mecanismos institucionais e financeiros capazes de assegurar execução, avaliação e continuidade (Cahen, 2017; Hewitt, Burges e Gomes, 2017).

**Gráfico 1**  
Evolução das potencialidades



**Gráfico 2**  
Evolução das limitações



## 4.2. Confrontação operacional entre potencialidades e limitações

A confrontação operacional assenta na leitura cruzada entre, por um lado, as potencialidades mais salientes na literatura e, por outro, as limitações mais recorrentes, com o objetivo de perceber como determinados ativos latentes ficam sistematicamente condicionados por constrangimentos específicos. Parte-se do pressuposto de que potencialidade não equivale a capacidade, uma vez que a conversão de recursos e oportunidades em resultados políticos e institucionais exige condições de realização, entre as quais se destacam coerência estratégica, densidade institucional, coordenação política e mecanismos de implementação. Esta lógica encontra eco nas leituras críticas sobre a evolução da CPLP, onde a distância entre ambição e execução é tratada como padrão persistente e não como anomalia conjuntural (Cahen, 2017; Hewitt, Burges e Gomes, 2017; Engel e Mattheis, 2019).

A leitura do *corpus* sugere a existência de três mecanismos de bloqueio que atravessam quase todas as potencialidades. Em primeiro lugar, um bloqueio associado à ação coletiva, visível na dificuldade de alinhar preferências e ritmos políticos quando existe heterogeneidade e assimetrias entre membros, bem como na tendência para consensos mínimos quando o compromisso político é variável. Em segundo lugar, um bloqueio associado à capacidade institucional, sobretudo quando se verificam fragilidade de coordenação e implementação lenta, combinadas com recursos insuficientes e financiamento errático. Em terceiro lugar, um bloqueio associado ao contexto sistémico, que se manifesta na vulnerabilidade a choques e pressões globais, na dependência de enquadramentos externos e em dinâmicas de *realpolitik* e interferências externas. Estes três mecanismos não anulam a existência de potencialidades, mas condicionam a sua conversão, empurrando muitas agendas para o domínio declaratório ou para formas de cooperação seletiva.

A tabela seguinte sintetiza a confrontação lógica, associando a cada potencialidade o conjunto de limitações que mais frequentemente aparece, na literatura analisada, como condicionante da sua concretização. O objetivo não é demonstrar causalidade no sentido estrito, mas explicitar padrões de condicionamento consistentes com o que os autores descrevem e problematizam.

**Tabela 3**  
**Potencialidades *versus* limitações**

| Potencialidade   | Limitações que mais condicionam   | Implicação observável na conversão do potencial  |
|--|---|--|
| Ciência, tecnologia, digital e conhecimento, incluindo educação e evidência em saúde | Recursos insuficientes e financiamento errático; fragilidade institucional e coordenação fraca; heterogeneidade e assimetrias   | Cooperação técnica tende a ser mais viável em redes e projetos, mas com continuidade e escala limitadas quando faltam financiamento previsível, capacidades administrativas e indicadores comuns |
| Língua e cultura   | Heterogeneidade e assimetrias; consenso e vontade política variável; fragilidade institucional e coordenação fraca  | O capital simbólico é reconhecido como recurso de coesão, mas a tradução em instrumentos comuns tende a ser irregular e dependente de compromissos políticos contingentes                        |
| Cooperação político-diplomática e concertação  | Consenso e vontade política variável; dependência de enquadramentos e recursos externos; recursos insuficientes e financiamento errático  | Concertação tende a existir, mas a robustez operacional diminui quando a ação exige meios, mandatos, continuidade e capacidade logística própria   |
| Integração económica e mobilidade  | Heterogeneidade e assimetrias; pressões sistêmicas e choques globais; dependência de enquadramentos e recursos externos; consenso e vontade política variável                           | Integração tende a ser parcial, com implementação diferenciada por capacidades administrativas e inserções regionais distintas, o que produz ritmos desiguais e compromissos variáveis           |
| Diáspora, <i>soft power</i> e redes transnacionais                                   | Fragilidade institucional e coordenação fraca; consenso e vontade política variável; pressões sistêmicas e choques globais  | O ativo é distribuído e relevante, mas sem políticas coordenadas tende a operar sobretudo por lógicas nacionais, com ganhos agregados pouco previsíveis para a organização                       |
| Recursos, energia e agendas materiais  | Realpolitik e interferências externas; fragilidade institucional e coordenação fraca; recursos insuficientes e financiamento errático; heterogeneidade e assimetrias                    | Potencial material existe, mas a coordenação multilateral é frequentemente ultrapassada por dinâmicas bilaterais e por competição externa, reduzindo margem de manobra coletiva                  |
| Mar, economia azul e dimensão atlântica e marítima                                   | Recursos insuficientes e financiamento errático; dependência de enquadramentos e recursos externos; consenso e vontade política variável; fragilidade institucional e coordenação fraca | A agenda marítima exige instrumentos dispendiosos e interoperabilidade, o que tende a exceder capacidades próprias e a remeter parte relevante da execução para ecossistemas                     |

A confrontação evidencia que as potencialidades de natureza mais identitária e diplomática, como língua e cultura e cooperação político-diplomática, são particularmente sensíveis à heterogeneidade, ao compromisso político variável e aos incentivos para consensos mínimos, o que favorece resultados prudentes e pouco vinculativos. Esta leitura é compatível com análises críticas do percurso institucional e com avaliações que sublinham a dificuldade de produzir impacto mensurável em áreas mais politizadas, sobretudo quando a arquitetura institucional é leve e os recursos são modestos (Cahen, 2017; Hewitt, Burges e Gomes 2017).

Nas potencialidades de integração económica e mobilidade, o padrão de condicionamento combina assimetrias estruturais, pressões sistémicas e dependências externas. Mesmo quando existem instrumentos que sinalizam vontade política, a implementação tende a depender de capacidades administrativas desiguais e de pertenças regionais diferenciadas, o que torna a convergência incremental, irregular e vulnerável a choques. A literatura sobre mobilidade académica no espaço CPLP reforça a existência de fluxos, mas também evidencia concentração e desigualdade de atratividade, o que ajuda a explicar por que razão a potencialidade se afirma como tendência, sem se converter automaticamente em integração homogénea (Rui Mauritti et al., 2023).

As potencialidades ligadas a ciência, tecnologia e conhecimento, bem como a redes em saúde, surgem como um caso em que a conversão parece mais plausível, sobretudo por via de cooperação técnica e circulação de competências. Ainda assim, a insuficiência de financiamento e as fragilidades institucionais tendem a limitar continuidade e escala, mesmo quando existe reconhecimento do valor estratégico destas redes. A literatura sobre diplomacia da saúde e redes estruturantes oferece exemplos de cooperação, mas também sugere que a estabilidade institucional e o investimento sustentado são determinantes para transformar redes em capacidade com impacto duradouro (Buss e Ferreira, 2010; Tobar et al., 2020).

Nas agendas materiais e estratégicas, como recursos, energia e mar, a confrontação torna particularmente visível o peso dos custos, da dependência de enquadramentos externos e da interferência de dinâmicas geopolíticas concorrentes. A literatura sobre cooperação em defesa e segurança marítima reforça que a ambição nestes domínios exige meios e coordenação operacional robusta, dificilmente alcançáveis quando persistem limitações financeiras e institucionais. A consequência mais observável é a tendência para iniciativas setoriais e cooperação limitada, com ganhos localizados, em vez de uma capacidade coletiva estável e abrangente (Bernardino e Rizzi, 2023; Rizzi e Bernardino, 2019).

Por fim, a potencialidade associada à diáspora e ao *soft power* apresenta um padrão específico. Trata-se de um ativo distribuído e com elevado potencial de projeção, mas dependente de políticas coordenadas e de mecanismos institucionais de articulação. A literatura sobre a diáspora portuguesa mostra que, sem instrumentos consistentes e com compromisso variável, tende a prevalecer uma lógica nacional, o que reduz a previsibilidade de ganhos agregados e limita a transformação do ativo em estratégia coletiva (Sousa, 2017).

Em síntese, a confrontação operacional sugere que o dilema na evolução do potencial não se explica pela ausência de potencialidades, mas pela persistência de limitações que atuam como pontos de bloqueio recorrentes. As áreas com maior probabilidade de conversão tendem a ser aquelas que permitem cooperação modular, cumulativa e técnica, enquanto as áreas de elevada exigência operacional e

política permanecem mais expostas a assimetrias, dependências e fragilidades institucionais.

## 5. Conclusões, limitações e agenda futura

O artigo procurou clarificar o dilema na evolução do potencial da CPLP, entendido como a coexistência entre um conjunto amplo de ativos e oportunidades recorrentemente reconhecidos na literatura e a dificuldade persistente em convertê-los em capacidade coletiva com efeitos políticos e institucionais sustentados. Para responder a este problema de forma auditável, a investigação recorreu a uma revisão sistematizada com reporte alinhado com as orientações PRISMA, articulando a seleção replicável do *corpus* com análise de conteúdo e codificação temática, permitindo a comparação por décadas e a identificação de padrões de saliência (Moher et al., 2009; Page et al., 2021; Krippendorff, 2018).

A síntese do *corpus* confirmou que as potencialidades mais referidas tendem a concentrar-se em domínios onde a cooperação pode ser construída de forma gradual e tecnicamente orientada, com particular visibilidade para a ciência, tecnologia, digital e conhecimento, incluindo educação e evidência em saúde. A literatura sugere que redes técnicas e mecanismos de capacitação setorial podem produzir ganhos incrementais mesmo quando a convergência política é limitada, sendo a cooperação em saúde um dos exemplos mais citados deste tipo de dinâmica (Buss e Ferreira, 2010; Tobar et al., 2020). Em paralelo, língua e cultura e concertação político-diplomática continuam a ser apresentadas como pilares identitários e de projeção, mas o seu impacto prático surge frequentemente associado a limites de execução e à tendência para resultados prudentes quando existe divergência de prioridades nacionais e baixa vinculatividade (Cahen, 2017; Hewitt, Burges e Gomes, 2017).

A introdução da leitura por décadas aprofundou esta interpretação ao mostrar que a literatura evolui de uma ênfase inicial mais simbólico-diplomática para uma agenda progressivamente mais marcada por conhecimento, mobilidade e redes setoriais, sobretudo no período mais recente. Esta deslocação não elimina a centralidade dos fundamentos identitários, mas sugere que os autores tendem a reconhecer maior verificabilidade operacional em áreas onde os custos de coordenação são mais baixos e onde os benefícios podem ser distribuídos por via de projetos cumulativos (Hewitt, Burges e Gomes, 2017; Mauritti et al., 2023). Em simultâneo, a análise temporal demonstrou que as limitações permanecem estruturalmente persistentes, com relevo para assimetrias entre membros, fragilidade institucional, escassez de recursos e compromisso político variável, às quais se acrescenta a amplificação por choques sistêmicos e dependências externas em contextos de maior instabilidade internacional (Engel e Mattheis, 2019; Cahen, 2017).

O subcapítulo de confrontação operacional reforçou o argumento central ao tornar explícito que a conversão do potencial em capacidade tende a ser travada por mecanismos recorrentes. A literatura analisada aponta, com diferentes formulações, para um bloqueio de ação coletiva associado a heterogeneidade e assimetrias e a dinâmicas de compromisso variável, para um bloqueio de capacidade institucional associado a coordenação fraca e recursos insuficientes, e para um bloqueio sistêmico associado a choques globais, dependências externas e interferências de *realpolitik*. A utilidade desta confrontação não reside em demonstrar causalidade no sentido estrito, mas em organizar a evidência de modo a identificar padrões de condicionamento estáveis, compatíveis com leituras críticas que descrevem a distância entre ambição discursiva e execução como traço persistente da evolução institucional (Cahen, 2017; Hewitt, Burges e Gomes, 2017).

Da conjugação entre resultados, tendências e confrontação operacional decorre uma implicação relevante para a interpretação do dilema. As potencialidades com maior probabilidade de conversão parecem ser aquelas que permitem cooperação modular e técnica, com mecanismos de aprendizagem e resultados mais facilmente observáveis, como educação, ciência e saúde. Em contrapartida, as potencialidades que exigem forte convergência política, meios materiais elevados e coordenação operacional robusta, como agendas marítimas estruturais ou certas dimensões de integração econômica, revelam-se mais vulneráveis à combinação de assimetrias, consensualismo prudente, fragilidade administrativa e financiamento errático. Neste quadro, a CPLP tende a apresentar maior desempenho relativo como plataforma de articulação e de cooperação seletiva do que como estrutura de integração profunda, ainda que instrumentos recentes, como os orientados para a mobilidade, indiquem que a institucionalização pode avançar quando existem janelas políticas e ganhos percebidos por diferentes membros (CPLP 2021; Mauritti et al., 2023).

A investigação apresenta limitações que importa reconhecer. Em primeiro lugar, a composição do *corpus* depende da cobertura das bases e do acesso ao texto integral, pelo que exclusões por indisponibilidade podem influenciar a saliência observada. Em segundo lugar, a frequência de ocorrência foi utilizada como indicador de destaque na literatura e não como medida direta de impacto material, pelo que a análise não substitui avaliações de resultados em políticas públicas ou programas concretos. Em terceiro lugar, apesar da normalização e do registo auditável, a codificação envolve julgamento interpretativo, sendo desejável reforçar a fiabilidade com dupla codificação e cálculo de concordância, sobretudo nas categorias de fronteira conceptual. Em quarto lugar, a leitura por décadas melhora a comparabilidade, mas tende a suavizar mudanças de curto prazo associadas a crises, ciclos políticos e variações de financiamento, que podem exigir instrumentos temporais mais finos (Krippendorff, 2018; Page et al., 2021).

A agenda futura pode ser estruturada em quatro linhas de desenvolvimento. A primeira linha passa por expandir e diversificar o *corpus* com integração sistemática de literatura em francês e espanhol quando substantivamente relevante, bem como documentação institucional e avaliações externas com densidade analítica, preservando critérios de qualidade e rastreabilidade de seleção (Page et al., 2021). A segunda linha consiste em complementar a saliência discursiva com evidência de implementação e resultados, cruzando potencialidades com instrumentos, programas e indicadores de execução, de forma a observar a passagem de potencial a capacidade com maior robustez. A terceira linha passa por aprofundar a comparação com outras organizações regionais do Sul Global, particularmente no plano de financiamento, desenho institucional e mecanismos de avaliação, permitindo contextualizar se as limitações identificadas são específicas ou refletem padrões mais gerais (Engel e Mattheis, 2019). A quarta linha consiste em refinar a confrontação operacional com métodos adicionais, como análise de redes de cooperação e estudos de caso seletivos por década, permitindo identificar condições sob as quais certos domínios de cooperação se tornam mais convertíveis do que outros, em especial nas áreas técnico-científicas onde a literatura já sugere evidência promissora (Buss e Ferreira, 2010; Tobar et al., 2020).

## Referências

- Arendt, H. (2007) *A Condição Humana*, 10.<sup>a</sup> ed. Trad. R. Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Aristóteles (1924) *Metaphysics*. Ed. e trad. W.D. Ross. Oxford: Clarendon Press.
- Bernardino, L. (2011) “A Segurança Marítima no Seio da CPLP Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia”, *Nação e Defesa*, 128 (5), pp. 41-65.
- Bernardino, L. and Rizzi, K. (2023) *25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP*. Campinas: Mercado de Letras Editores.
- Buss, P.M. e Ferreira, J.R. (2010) “Health diplomacy and South-South cooperation: the experiences of UNASUR Salud and CPLP’s Strategic Plan for Cooperation In Health”, *RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 4(1), pp. 99-110.
- Cahen, M. (2017) “1996-2016 – A CPLP, uma organização para quê?”, *Portuguese Studies Review*, 23(1), pp. 67-96.
- Carvalho, C. (2018) “Africa and Portugal”, in Nagar, D. and Mutasa, C. (eds.), *Africa and the World: Bilateral and multilateral international diplomacy*. Cham: Palgrave Macmillan, Cham, pp. 143-165. doi:10.1007/978-3-319-62590-4\_7.
- Carvalho, C. e Antunes, M.L. (2018) “Retrato da produção científica dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa em ciências da saúde”, *Comunicação acadêmica*.

- CPLP (2007) *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- CPLP (2010) *Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos*. Lisboa: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- CPLP (2021) *Acordo sobre a mobilidade entre os Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*. Lisboa: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- Engel, U. e Mattheis, F. (eds) (2019) *The finances of regional organisations in the global South: Follow the money*. Londres: Routledge.
- Ernout, A. e Meillet, A. (2001) *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*. Paris: Klincksieck.
- Hewitt, W.E., Burges, S. and Gomes, I. (2017) The Comunidade dos Países de Língua Portuguesa at 20 years: An impact assessment, *South African Journal of International Affairs*, 24(3), pp. 291-309, doi:10.1080/10220461.2017.1381040.
- Ikenberry, G J (2018) "The end of liberal international order", *International Affairs*, 94(1), pp 7-23.
- Kant, I. (1998) *Critique of Pure Reason*. Eds P. Guyer and A. Wood. Cambridge: Cambridge University Press.
- Krippendorff, K. (2018) *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology*, 4.<sup>a</sup> ed., Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Lewis, C. and Short, C. (1958) *A Latin Dictionary founded on Andrews' Edition of Freund's Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press.
- MacQueen, N. (2003) "A Community of Illusions Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guinea-Bissau", *International Peacekeeping*, 10(2), pp. 1-17.
- Mauritti, R. et al. (2023) "Mobilidade internacional por motivos de estudo: fluxos e distribuição de estudantes da CPLP no ensino superior e território português", *Cidades Comunidades e Territórios*, 47.
- Moher, D. et al. (2009) "Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement", *PLOS Medicine*, 6(7), e1000097.
- Page, M.J. et al. (2021) "The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews", *BMJ*, 372(71).
- Pinto, J.F. (2011) "Da CPLP à Comunidade Lusófona: o futuro da lusofonia", *Revista Angolana de Sociologia*, 7, pp. 107-118, doi:10.4000/ras.1212.
- Simon, H.A. (1955) "A behavioral model of rational choice", *The Quarterly Journal of Economics*, 69(1), pp. 99-118.
- Rizzi, K.R. e Bernardino, L.M.B. (2019) "A identidade da CPLP no domínio da defesa uma visão ampliada para a cooperação em defesa", *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 6(2).

- Rizzi, K.R. e Silva, I.C. (2017) "The CPLP as a mechanism of acting for Brazil in the South Atlantic: the increase of cooperation, the challenges and the possibilities of leadership", *Brazilian Journal of African Studies*, 2(4), pp. 30-61.
- Santos, V. (2004) "Lusofonia e Projecção Estratégica Portugal e a CPLP", *Nação e Defesa*, 109, pp. 123-151.
- Seabra, P. e Sá, C. (2025) "International organisations and arrested democratisation the CPLP and the limits of normative convergence", *Contemporary Politics*, 32, pp. 1-21.
- Seguro-de-Carvalho, P. e Antunes, M.L. (2018) "Retrato da produção científica dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) em ciências da saúde", comunicação académica. Lisboa: Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa.
- Singer, P. (1993) *Practical Ethics*, 2.<sup>a</sup> ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sousa, P. (2017) "A diáspora portuguesa como prioridade da política externa de Portugal: entre o discurso e a prática", *Revista da FLUP*, IV(7), pp. 57-78, doi:10.21747/0871164X/hist7a4.
- Strydom, P. (2017) "The Problem of Limit Concepts in Habermas: Toward a Cognitive Approach to the Cultural Embodiment of Reason", *Philosophical Inquiry*, 42(2), pp. 168-189.
- Tobar, S. et al. (2020) "A estratégia de redes estruturantes na cooperação internacional da Fiocruz: América Latina e CPLP", in Buss, P. e Fonseca, L. (eds.), *Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 345-360, doi:10.7476/9786557080290.0023.
- Trindade, W.N.D. (2021) "A importância das bases de dados na administração pública nos países da CPLP", estudo académico.
- Vygotsky, L. (1978) *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*. Eds. M. Cole et al. Cambridge, Ma: Harvard University Press.
- Zilles, A.M.S. e Faraco, C.A. (2012) "Implantação do Acordo Ortográfico na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", *Calidoscópico*, 10(1), pp. 125-130, doi:10.4013/cld.2012.101.11.

